



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Traverso-Yépez, Martha A.; de Souza Pinheiro, Verônica
Socialização de gênero e adolescência
Revista Estudos Feministas, vol. 13, núm. 1, janeiro-abril, 2005, pp. 147-162
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38113110>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E ADOLESCÊNCIA

MARTHA A. TRAVERSO-YÉPEZ

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

VERÔNICA DE SOUZA PINHEIRO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O trabalho objetiva desnaturalizar o conceito de adolescência, considerando-o como plural e perpassado por condicionantes diversos, particularmente pelas inserções de classe social e de gênero. Tomando-se os dados de uma pesquisa com 205 adolescentes de um bairro da periferia de Natal/RN, bem como os registros de atividades realizadas com adolescentes de 10 a 14 anos residentes no mesmo bairro, a análise destaca as marcantes influências das relações de gênero, agravadas pela precariedade do contexto sócio-econômico, na socialização dos adolescentes. O estudo permite uma reflexão a respeito do permanente processo de construção da subjetividade adolescente, a partir das experiências de vida compartilhadas nas diferentes interações sociais, oferecendo sugestões para o trabalho de intervenção nas áreas da saúde e da educação.

Palavras-chave: adolescência, relações de gênero, processos de socialização.

Introdução

A necessidade de se pensar o desenvolvimento humano, e particularmente a adolescência, considerando-se o contexto sócio-cultural em que se inscreve, vem sendo apontada por diversos autores, conforme discutido em trabalho anterior¹ e observado em recente publicação conjunta do Conselho Federal de Psicologia e do Ministério da Saúde.² Por outro lado, os determinantes de classe social e gênero sobre as manifestações da adolescência para cada indivíduo ou grupo social já foram ressaltados por várias autoras, especialmente aquelas ligadas ao movimento feminista.³

No presente artigo, pretende-se discutir as implicações da socialização de gênero para as diferentes vivências da adolescência. A reflexão será pautada por dados coletados

Copyright © 2005 by Revista Estudos Feministas

¹ TRAVERSO-YÉPEZ e PINHEIRO, 2002.

² Sílvia KOLLER, 2002.

³ Nanete DESSER, 1993; Lena LAVINAS, 1997; Felicia MADEIRA, 1997; Maria Luiza HEILBORN, 1997; e Laura DUQUE-ARRAZOLA, 1997.

através de diferentes modos de aproximação aos adolescentes de ambos os sexos, residentes em um bairro da periferia de Natal.

Parte-se, por um lado, dos registros de atividades realizadas com adolescentes de 10 a 14 anos pelo *Projeto Adolescentes Cuidando da Vida*.⁴ A esses, somam-se dados empíricos provenientes do estudo *Vivências e sentidos relacionados com a saúde integral na adolescência em um bairro da periferia de Natal*, realizado em parceria com a Unidade Mista de Saúde de Felipe Camarão. Objetiva-se, assim, contribuir com o estudo das especificidades de gênero, "vivenciado como processo diferenciado de aprendizados e experiências de vida"⁵ que perpassa o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Concorda-se com a autora citada em que

o feminino e o masculino são construídos, interpretados e internalizados, portanto personalizados, dependendo das características específicas da sociedade em que homens e mulheres vivem, do ciclo de suas vidas e de suas vivências subjetivas como homens e mulheres que pertencem a uma raça, etnia e classe social determinadas.⁶

Relações de gênero e construção de subjetividades

As inserções de classe social e gênero em uma mesma sociedade, ao configurarem contextos de interação específicos, repercutem de forma substancial nos processos de subjetivação de cada pessoa, delineando possibilidades e limitações. Dessa forma, as implicações da estrutura de gênero vigente sobre as relações e as formas de viver das pessoas nos diferentes grupos sociais vêm sendo sistematicamente evidenciadas.

Assim, o movimento feminista, situado por diversos autores entre um conjunto de movimentos sociais surgidos nas décadas de 60 e 70 do século XX,⁷ pôs em xeque as contradições entre o discurso universalista e igualitário, próprio do Liberalismo, e as práticas de exclusão e opressão a que, historicamente, as mulheres têm sido submetidas. As repercussões das desigualdades de gênero sobre as vivências masculinas, entretanto, demoraram um pouco mais para serem postas em evidência. Segundo Daniel Korin,⁸ os estudos sobre masculinidades surgiram mais tarde, a partir da década de 1980, e com o foco na genitalidade e na vida sexual, passando depois a questionar e discutir as implicações do modelo hegemônico de masculinidade sobre os processos de subjetivação dos homens.

O conceito de gênero consolidado na expressão *relações de gênero* representa a aceitação de que a masculinidade e a feminilidade transcendem a questão da anatomia sexual, remetendo a redes de significação que envolvem diversas dimensões da vida das pessoas. Comporta a permanente interdependência entre o biológico e o psicossocial em cada cultura específica.⁹ Como destacado por Vaitzman, "Homens e mulheres

⁴ Desenvolvido no bairro de Felipe Camarão, esse projeto está vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob a coordenação de Martha A. Traverso-Yépez. As atividades acontecem no *Espaço Vida*, entidade civil sem fins lucrativos formada pelas pesquisadoras, por outras pessoas vinculadas ao Projeto desde seu início e por moradores do bairro. Em 2002, contou com o apoio do Programa GRAL – Gênero, Reprodução, Ação e Liderança, desenvolvido pela Fundação Carlos Chagas e SOS-Corpo, com recursos da Fundação MacArthur.

⁵ DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 350.

⁶ DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 351.

⁷ Karen GIFFIN, 1991; Jeni VAITSMAN, 1994; e Stuart HALL, 1999.

⁸ KORIN, 2001.

⁹ PINHEIRO, 2001.

distinguem-se enquanto sexos, pois dotados de corpos físicos diferentes, e enquanto gêneros, uma vez que incorporam normas e valores sócio-culturais que dizem como um homem ou uma mulher devem se comportar".¹⁰

É a esse processo de incorporação que se aplica a expressão *socialização de gênero*. Considerando o processo de socialização como permanente e sempre inconcluso, diríamos que as categorias de gênero são permanentemente reconstruídas pelas pessoas em suas interações e com elas os valores, papéis, atribuições e normas de interação entre os sexos.¹¹

Nessa perspectiva, as relações de gênero permeiam, dinamicamente, todo o tecido social, manifestando-se de formas específicas nos diferentes grupos sociais, ainda que mantendo, geralmente, a hierarquização como marca. Nas palavras de Lavinas, "... o sexo social – portanto, o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses".¹² É nos espaços de convivência cotidiana, mais particularmente a família e a vizinhança, "que meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a 'sociedade local' exige que sejam..."¹³ Nesse sentido, o cotidiano da família é fortemente influenciado pela organização de gênero que, vigorando para além do espaço doméstico, manifesta-se de forma marcante nas relações intrafamiliares. Assim, a hierarquização de gênero perpassa tempos e rotinas, jogos e brincadeiras, perspectivas e projetos de futuro, reproduzindo os papéis de gênero vigentes no grupo social ao qual pertencem os sujeitos implicados.

Certamente, reproduzem-se, também, as contradições e dissonâncias existentes, abrindo-se margem para possíveis rupturas ou subversões. Mudanças no mercado de trabalho, dificuldades econômicas oriundas da atual configuração da economia, bem como desdobramentos dos processos de reivindicação do movimento de mulheres, repercutem na convivência familiar, especialmente a partir do desempenho de papéis que fogem ao tradicional estereótipo masculino-dominante e feminino-subalterno. Implicados nesse intrincado jogo, crianças e adolescentes acham-se, ainda, expostos aos diferentes agentes de socialização para além do espaço familiar. Parte-se, portanto, de uma visão sistêmica dos processos de socialização, considerando não apenas os diferentes espaços e trocas interpessoais onde tais processos acontecem, mas também a influência que o indivíduo (seja criança, adolescente ou adulto) exerce sobre o grupo social.¹⁴

Conseqüentemente, as relações de gênero situadas sempre em contextos sociais específicos demarcam espaços, delimitam possibilidades e configuram matrizes ou modelos de interação entre as pessoas, implicando pressões sobre aquelas que as transgridem ou subvertem. É inegável, por exemplo, a diferença entre as possibilidades de que dispõem os adolescentes de classe operária em relação a outros dos estratos médio ou alto de uma mesma sociedade. Com tão limitadas perspectivas de vida e educação, não surpreende que as desigualdades de gênero possam ter um peso maior nas camadas de baixa renda.¹⁵

¹⁰ VAITSMAN, 1994, p. 15.

¹¹ PINHEIRO, 2001.

¹² LAVINAS, 1997, p. 16.

¹³ DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 351.

¹⁴ Orlindo PEREIRA e Jorge JESUINO, 1985.

¹⁵ DUQUE-ARRAZOLA, 1997.

Destaca-se, assim, o fato de que as relações de gênero e de classe social exprimem relações de poder, as quais nem sempre são vivenciadas de modo reflexivo, apesar das contradições e hierarquias que geram.¹⁶ Acredita-se relevante considerar, portanto, a infância e a adolescência não apenas como construções sociais mediadas sempre pela dimensão sócio-cultural,¹⁷ mas uma etapa-chave de definição do *habitus social* entendido como o universo simbólico que gera o estilo peculiar de pensar e agir individual.¹⁸

Na apreciação da temática sobre socialização de gênero e adolescência resulta pertinente apontar a articulação de três eixos teóricos desenvolvidos por Elias:¹⁹ poder, conhecimento e modos de subjetivação. Ressalte-se que o poder é considerado pelo autor não como uma coisa, mas como algo relacional, ou seja, fazendo parte de todas as relações humanas. Crítica, ainda, o fato de a sociologia, ao dar ao termo *poder* uma conotação geralmente restrita ao campo da política e às relações entre classes sociais, negligenciou o estudo do equilíbrio dinâmico de poder entre os sexos ou entre as gerações, apesar da sua relevância na conformação da estrutura familiar e social.

Concorda-se, igualmente, com o autor citado quando destaca a situação de desvantagem em que se encontram os grupos humanos com menor índice de educação e conhecimentos. Definindo o termo conhecimento como “símbolos construídos pelos homens [...] dotados com capacidade para fornecer-lhes meios de orientação”,²⁰ aponta que, quanto menores os recursos de capital simbólico intelectual disponíveis e a consequente possibilidade de atuar e agir por si mesmos, maiores as possibilidades de manipulação e controle das pessoas.²¹ Nesse sentido, Bourdieu assinala:

a ordem social deve sua permanência, em parte, à imposição de esquemas de classificação que, ajustados às classificações objetivas, produzem uma forma de reconhecimento desta ordem, forma que implica o desconhecimento da arbitrariedade dos seus fundamentos. Assim, a correspondência entre as divisões objetivas e os esquemas classificatórios, entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais, constitui o fundamento de uma espécie de adesão originária à ordem estabelecida [...] portanto, a subversão política pressupõe uma subversão cognitiva, uma reconversão da visão do mundo.²²

Justifica-se, portanto, o esclarecimento desses universos simbólicos que perpassam os modos de subjetivação de crianças e adolescentes, considerando que é no cotidiano dessas vivências das relações de gênero em contextos sociais específicos que se viabilizam, através do questionamento crítico de tais vivências, as possibilidades de novas formas de ressignificação.

¹⁶ Norbert ELIAS, 1994; e DUQUE-ARRAZOLA, 1997.

¹⁷ TRAVERSO-YÉPEZ e PINHEIRO, 2002.

¹⁸ ELIAS, 1990. Pierre BOURDIEU, 1974, também definiu *habitus* como “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (p. 191).

¹⁹ ELIAS, 1994.

²⁰ ELIAS, 1994, p. 55.

²¹ Contudo, é bom lembrar que ELIAS, 1994, falou da relação educação-aumento da autonomia não como um desenvolvimento linear, mas de fato como um processo sujeito a percalços e involuções. Ele reconhece, assim, que a eclosão do conhecimento no século XX teve também efeitos negativos. Destaca que não apenas manteve-se acessível só a um grupo reduzido de “experts”, mas que a extrema fragmentação e especialização do conhecimento freqüentemente deixa as massas divididas e também alienadas em um crescente número de ocupações especializadas interdependentes e, portanto, totalmente dependentes de organizadores, coordenadores e responsáveis das decisões, geralmente localizados no âmbito governamental, aumentando a proporção de poder destes últimos.

²² BOURDIEU, 1985, p. 96.

Aproximações às adolescências em Felipe Camarão

O bairro de Felipe Camarão situa-se na zona oeste da cidade de Natal/RN. Institucionalizado por lei municipal em 1968, é um bairro marcado por precárias condições de vida e abundantes situações de exclusão social, associadas a um forte estigma de lugar de violência e criminalidade. Deve-se destacar também o perfil demográfico da população, o qual apresenta alto índice de crianças e adolescentes: dos 45.907 habitantes, segundo o último Censo Demográfico,²³ 46,6% tinham menos de 20 anos, sendo 11,7% com idade entre 10 e 14 anos, e 11,3% entre 15 e 19 anos. Apesar disso, o bairro carece totalmente de parques urbanizados, bem como de outros espaços de entretenimento, cultura e lazer. Conta apenas com duas quadras esportivas e um campo de areia público geralmente ocupados por adultos.

A partir do trabalho de uma das pesquisadoras²⁴ em uma Unidade de Saúde localizada no bairro, começou-se um processo de aproximação às questões pertinentes aos adolescentes da comunidade. Iniciado através da pesquisa *Maternidade na adolescência: significados e repercussões*, desenvolvida com 26 mães adolescentes residentes no bairro, esse percurso inclui três desdobramentos principais: o desenvolvimento do *Projeto Adolescentes Cuidando da Vida*, a criação do *Espaço Vida* e a implementação do projeto de pesquisa *Vivências e sentidos relacionados com a saúde integral na adolescência em um bairro da periferia de Natal*.

As atividades do *Projeto Adolescentes Cuidando da Vida* envolvem a realização de oficinas semanais intituladas Adolescência e Cidadania, espaço de interlocução com adolescentes de 10 a 14 anos de idade para a discussão de temas ligados a direitos da criança e do adolescente e seu sistema de proteção, violência, saúde, gênero, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. Inicialmente, alguns desses adolescentes foram referidos por profissionais de saúde e educação que atuam no bairro, os quais identificavam adolescentes em situação de maior vulnerabilidade social (situações de maiores conflitos familiares, histórico de maus-tratos ou abuso sexual, etc.). Atualmente, a maioria chega voluntariamente para participar das atividades, existindo, porém, uma grande rotatividade no grupo.

Através da metodologia de observação participante, são sistematizados registros gráficos (desenhos, colagens, textos, etc.) produzidos nessas oficinas. Ocasionalmente, é feita gravação e posterior transcrição das discussões, objetivando um aprofundamento nos sentidos produzidos pelos adolescentes em suas interações cotidianas. O projeto envolve, também, atividades de socialização e lazer com adolescentes e familiares, bem como a realização de oficinas de trabalho com os profissionais de saúde e educação que atuam no bairro.

Paralelamente, o projeto de pesquisa *Vivências e sentidos relacionados com a saúde integral na adolescência em um bairro da periferia de Natal* é resultado da necessidade de obter dados sócio-demográficos mais precisos que pudessem subsidiar as propostas de intervenção. Todo o processo de coleta desses dados sócio-demográficos contou com a colaboração dos Agentes Comunitários de Saúde da Unidade Mista de Felipe Camarão, que providenciaram o acesso autorizado dos estudantes para o desenvolvimento das entrevistas nas próprias moradias dos adolescentes.

Para a definição da amostra foram consideradas as famílias atendidas pelo Programa Saúde da Família (PSF) da Unidade Mista de Saúde de Felipe Camarão.

²³ IBGE, 2000.

²⁴ PINHEIRO, 2001.

Especificada a representatividade (5%) de adolescentes dos sexos feminino e masculino, participaram do estudo 205 adolescentes (sendo 101 do sexo masculino e 104 do sexo feminino) nas faixas etárias entre 10 e 14 anos (99 participantes) e entre 15 e 19 (106 participantes), de acordo com a classificação da Organização Mundial de Saúde adotada pelo Ministério da Saúde do Brasil.

Os questionários foram preenchidos por estudantes entrevistadores, com a autorização dos adultos responsáveis devidamente informados da relevância e confidencialidade da pesquisa. Pelas condições de moradia da maioria dos participantes, ocasionalmente as entrevistas foram realizadas na presença de algum adulto da família. Embora isso possa ter representado um constrangimento para alguns dos participantes, considera-se que tal fato não invalida o valor das informações obtidas. Partindo-se do pressuposto de que o discurso de cada um é perpassado sempre pelas diferentes vozes do contexto discursivo em que se acha imerso, a presença objetiva de um familiar no contexto da entrevista, embora possa ter inibido a expressão de idéias e valores supostamente considerados inadequados pela família, realça, por outro lado, aspectos relevantes da cultura local.

Na interface de gênero e classe social, a voz dos adolescentes...

Segundo dados do IBGE,²⁵ em Felipe Camarão 13% dos chefes de família estão desempregados, 20,4% ganham até um salário mínimo, provavelmente a maioria deles no mercado de trabalho informal, e 41,6% fazem entre um e dois salários mínimos. Esse cenário coincide com os dados sócio-demográficos obtidos em nossa pesquisa *Vivências e sentidos relacionados com a saúde integral na adolescência em um bairro da periferia de Natal*, que aponta os baixos rendimentos da grande maioria dos moradores do bairro. Embora 24% dos adolescentes desconheçam a renda da família, dos 76% que responderam, encontramos 17% de renda *per capita* de menos de R\$ 30,00 por mês, 32% entre R\$ 30,00 e R\$ 59,00 e 14% entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00.

A respeito desse público adolescente referido, partindo-se das fontes de dados descritas, apresentam-se em seguida algumas das concepções de adolescência vigentes entre eles, bem como dados sobre escolarização, hábitos e rotinas, atividades de trabalho, lazer, planos e projetos para o futuro.

Um primeiro dado a destacar é a restrita menção à visão tradicional da adolescência como um tempo de rebeldia e transgressão, consolidada na Psicologia do Desenvolvimento e corrente no senso comum: apenas 4% dos 205 adolescentes participantes da pesquisa referida reproduziram essa concepção da adolescência. As concepções mais referidas sobre o que é ser adolescente, tais como "Tempo de curtir", "Respostas avaliativas positivas" e "Tempo de descoberta e/ou preparação para o futuro" foram semelhantes entre os participantes dos dois sexos, conforme pode ser visto na Tabela 1 a seguir.

TABELA 1 – CONCEPÇÃO DE ADOLESCÊNCIA

Categoria de resposta	Geral	Masculino	Feminino
Tempo de curtir/aproveitar/namorar	17,1%	16,8%	17,3%
Respostas avaliativas positivas	16,6%	17,8%	15,4%
Tempo de descoberta e/ou			

²⁵ IBGE, 2000.

preparação para o futuro	12,7%	11,9%	13,5%
Não sabe	12,7%	13,9%	11,6%
Expressão descritiva em contraposição à infância	9,7%	7,9%	11,5%
Resposta avaliativa ambivalente	5,3%	5,0%	5,8%
Crescimento/amadurecimento	4,9%	7,9%	1,9%
Época de rebeldia e transgressão	3,9%	1,0%	6,7%
Respostas avaliativas negativas	3,9%	1,0%	6,7%
Outras	13,2%	16,8%	9,6%

A maior diferença a favor dos meninos foi a idéia de "Crescimento" como processo de amadurecimento, de assumir novas responsabilidades, enquanto que, a favor das meninas, são observadas as maiores diferenças nas categorias "Expressão descritiva de adolescência", "Época de rebeldia e transgressão" e "Respostas avaliativas negativas".

A noção de rebeldia e transgressão foi mais freqüente entre os participantes do sexo feminino, provavelmente em decorrência das maiores restrições a que se acham submetidas. Observa-se, ainda, que esse estereótipo de tempestade e tormenta, sempre reforçado pela mídia, certamente não é desconhecido dos adolescentes entrevistados. A esse respeito, é ilustrativa a fala de um dos participantes:

Adolescência é um passo para a maturidade, fase repentina... Alguns usam a adolescência como desculpa para o que fazem de errado (14 anos, sexo masculino, solteiro).

As respostas avaliativas negativas foram observadas em 3,9% dos entrevistados, sendo que, enquanto esse índice foi de apenas 1% entre os rapazes, entre as moças chegou a 6,7%. Esse aspecto, reforçado pelos participantes, é mais bem discutido na Tabela 3, ao tratar-se das coisas ruins vivenciadas na adolescência.

Quanto aos aspectos positivos da adolescência, cujas respostas podem ser vistas na Tabela 2, observa-se entre os meninos a maior referência ao lazer e à diversão, enquanto as meninas ficam mais inclinadas pelas relações interpessoais e pelo aspecto emocional. A idéia de liberdade/autonomia também aparece com freqüência ligeiramente maior entre os meninos, bem como a preocupação pelo futuro. Entretanto, é importante destacar que 11,2% das entrevistadas e 6,2% dos entrevistados afirmaram não saber ou não existirem coisas boas nessa fase da vida.

TABELA 2 – COISAS BOAS VIVENCIADAS NA ADOLESCÊNCIA

Categoria de resposta	Geral	Masculino	Feminino
Diversão/lazer/aproveitar a vida	30,1%	32,3%	27,6%
Maior sociabilização/namoro	30,1%	26,8%	33,6%
Ter mais liberdade/autonomia	15,6%	16,5%	14,7%
Não sabe/não tem	8,6%	6,3%	11,2%
Estudar/preparar-se para o futuro	7,8%	9,4%	6,0%
Outros	7,8%	8,7%	6,9%

Diante dos aspectos negativos da adolescência, pode-se facilmente constatar as especificidades de gênero. A Tabela 3 mostra as vulnerabilidades diferenciadas segundo o sexo do participante, sendo evidente a diferença na porcentagem de respostas que

destacam os riscos próprios da rua, como drogas, más influências e DSTs.

O fato parece refletir o que vem sendo constatado por diferentes estudos que apontam a grande exposição dos jovens do sexo masculino à violência urbana em suas diferentes manifestações. Segundo dados da pesquisa *Estatísticas do registro civil*,²⁶ considerando-se o período de 1990 a 2002, a violência é a principal causa de mortes entre jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 25 anos, chegando a ser três vezes maior que o número de óbitos entre o sexo feminino na mesma faixa etária, embora os índices também venham crescendo entre elas. Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Leonardo de Castro Pinheiro, Fabiano de Sousa Lima e Cláudia da Costa Martinelli,²⁷ citando dados da UNESCO, informam que 60% das mortes na faixa etária de 15 a 25 são causadas por homicídios, suicídios e acidentes de transporte, com incidência maior do sexo masculino, tanto como vítimas quanto como agressores.

TABELA 3 – COISAS RUINS VIVENCIADAS NA ADOLESCÊNCIA

Categoria de resposta	Geral	Masculino	Feminino
Correr riscos (drogas, má influência, DSTs, etc.)	27,4%	34,7%	20,2%
Restrições à liberdade	21,3%	13,3%	29,3%
Aumento de responsabilidades/ dúvidas/conflictos	13,2%	8,2%	18,2%
Ausência de coisas ruins	8,3%	8,2%	8,1%
Problemas com os pais	5,6%	8,2%	3,0%
Não sabe/não lembra	4,6%	2,0%	7,1%
Ser 'de menor'/não poder arrumar emprego	3,1%	6,1%	0%
Agressividade, violência, falta de controle	3,1%	5,1%	1,0%
Mudanças físicas	2,5%	2,0%	3,0%
Não poder brincar como criança	1,5%	3,0%	0%
Outros	9,6%	9,2%	10,1%

Com relação às meninas, é significativa a diferença na porcentagem de respostas que apontam as "Restrições à liberdade" e "Aumento de responsabilidades/dúvidas/conflictos". Por um lado, o fato expressa a exacerbada controles parentais, mais frequente sobre as meninas, provavelmente visando a adiar o início da atividade sexual.²⁸ Por outro, aparecem mais marcantes as cobranças e exigências em relação às atividades domésticas, que passam a impactar de forma bem mais significativa. Talvez resultem disso os índices mais elevados de respostas que ressaltam aspectos negativos das vivências cotidianas ou, ainda, a maior dificuldade em identificar aspectos positivos das mesmas, repercutindo inclusive em uma concepção da adolescência como uma fase ruim da vida, mais frequente entre as meninas, conforme a fala de duas das participantes ao

²⁶ IBGE, 2003.

²⁷ ABROMOVAY et al., 2002.

²⁸ Marlene MARTINEZ, 1998.

serem questionadas sobre a adolescência e sobre seu dia-a-dia:

[Faço] tudo que uma dona de casa faz (16 anos, sem filhos).

É uma fase boa... mmm... Não é muito boa, é péssima, passo muito tempo dentro de casa fazendo as coisas (18 anos, sem filhos).

Embora a última entrevistada inicie o depoimento com uma frase positiva, evocando seu dia-a-dia, passa ao outro extremo provavelmente ao lembrar de suas responsabilidades cotidianas. Assim, nos depoimentos dos meninos e das meninas, fica claro como idéias, valores e atitudes fazem parte de um processo permanente de re-criação da subjetividade, dependente do contexto e das circunstâncias da interação.

Apesar de todo o exposto, a socialização para a docilidade e a submissão resultam em uma menor incidência de confrontação aberta à autoridade parental entre as meninas. Desse modo, na categoria "Problemas com os pais", que entre o sexo masculino está em terceiro lugar, com 8,2% das respostas, para as meninas está em sexto lugar com apenas 3%. É maior também para os meninos a porcentagem de respostas que falam de "Agressividade, violência, falta de controle", com 5,1%, em comparação com 1,0 % para as meninas.

Sobre os meninos, além das situações de maior vulnerabilidade às quais estão expostos pela maior liberdade e consequente exposição aos riscos da rua, pairam as pressões para que se iniciem no papel de provedores, abandonando definitivamente a condição de criança: as categorias "Ser 'de menor'/não poder arrumar emprego" e "Não poder brincar como criança" foram respostas exclusivamente masculinas. Paradoxalmente, o índice de respostas na categoria "Ausência de coisas ruins" foi o mesmo para os dois sexos (8,2%).

Os papéis de gênero comuns nessa comunidade, bem como as expectativas referentes ao comportamento e às habilidades dos indivíduos de cada sexo, fazem parte do universo simbólico dos adolescentes, contribuindo na construção de suas auto-imagens. Exemplificamos algumas dessas concepções a partir de uma dinâmica realizada com oito adolescentes em oficina do *Projeto Adolescentes Cuidando da Vida*. Em primeiro lugar, as concepções de feminilidade e, consequentemente, o comportamento esperado dos indivíduos trazem clara a demarcação de gênero na fala das participantes ao explicar sua preferência por filhas: "Porque menina não é igual ao menino. A menina é quieta" ou "Ela é bem educada". Por outro lado, a idéia do trabalho remunerado e/ou que demanda força física como atribuição masculina aparece na fala de um dos participantes do sexo masculino. Questionado sobre por que gostaria de ter um filho, ele diz: "Porque ele vai me ajudar. Carregar as coisas. Trabalhar...".

Observa-se também a manifestação de estereótipos sexistas nas colagens realizadas por esses adolescentes em uma outra oficina. Tanto para meninos como para meninas, a representação de 'coisas de homens' está associada, geralmente, à força física e/ou violência, bem como à atividade sexual. Entre 'coisas de mulher', destacam-se a condição de objeto sexual e de exibição, bem como as atividades relacionadas com a maternidade e o cuidado dos filhos.

As diferenças de gênero são também gritantes ao considerarmos hábitos, rotinas e vida social dos adolescentes. Enquanto que aproximadamente 90% das meninas entrevistadas colaboram com a execução dos trabalhos domésticos, menos de 40% dos meninos o fazem e em função de tarefas mais específicas envolvendo força física. Por outro lado, enquanto 25% dos meninos desenvolvem algum trabalho fora de casa, principalmente no comércio e na construção civil, apenas 15% das meninas têm trabalho remunerado,

sendo mais comum entre os primeiros a contribuição com o orçamento doméstico.

O trabalho doméstico, tradicionalmente associado à mulher, não é referido como tal, restringindo-se o uso da expressão para o trabalho remunerado desenvolvido fora do espaço doméstico. A esse respeito, o diálogo a seguir, travado com uma adolescente participante do Projeto, é ilustrativo:

- Minha mãe faz as coisas dentro de casa, faz tudo de casa. Ela não trabalha. Meu pai trabalha, só que ele não mora com a gente... mas ele sempre manda dinheiro p'ra mim.
- Sua mãe não trabalha?
- Não. Só meu pai, meu padrasto, meu avô e meu tio.

Conforme apontado anteriormente, os tradicionais papéis de gênero são cotidianamente reproduzidos, cabendo à mulher os cuidados com a casa e os filhos e ao homem o lugar de provedor financeiro da família, papel desempenhado cada vez mais precariamente em face das adversas condições de inserção em um mercado de trabalho com oportunidades sempre mais escassas. Restringe-se a liberdade feminina desde tenra idade, atrelando-se seu tempo aos cuidados da casa e de seus moradores, sejam eles irmãos, sejam outros familiares, consangüíneos ou não, conforme já apontado por Duque-Arrazola.²⁹

As rotinas refletem esta situação: enquanto elas afirmam que seu dia-a-dia é preenchido por "atividades domésticas" (28%), "estudo e lazer" (27%) ou "estudos e atividades domésticas" (20%), eles referem mais "estudo e lazer" (49%), "estudo e trabalho remunerado" (10%) e "lazer" (8,5%). Mesmo o lazer, já desproporcionalmente distribuído, reproduz a condição de interioridade das meninas em contraposição à exterioridade masculina em relação ao domicílio de residência. Entre elas foi mais freqüente a resposta "assiste TV e/ou ouve música" (35%), que somadas a outras atividades desenvolvidas no espaço da casa ("ler" e "desenhar, escrever, atividades artísticas") chega a 53% das respostas. Entre eles, "conversa, brinca e joga" foi a resposta mais freqüente (42%), sendo que as respostas referentes a atividades restritas ao espaço doméstico somam apenas 28%.

A prática de esportes, referida por 66% dos meninos, é relatada por apenas 34% das meninas, sendo que mesmo entre os que praticam esportes há uma clara diferenciação: eles tendem a jogar na rua, quadra ou campo do bairro, enquanto que elas o fazem mais freqüentemente na escola. Diante do exposto, evidencia-se a importância da escola como espaço de sociabilidade para as meninas. Assim, os vínculos de amizade foram apontados como razão pela qual gostam da escola por 26% das meninas, contra 14% dos meninos.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à questão da violência. Constatase que a exposição à violência, comum a todos os membros da comunidade, revela mais uma vez a importância dos condicionantes de gênero. Aproximadamente 70% dos adolescentes participantes da pesquisa afirmaram já haver presenciado algum tipo de violência (60% entre o sexo feminino e quase 80% entre o sexo masculino) e 25% disseram já terem sido vítimas de alguma forma de violência (16% das meninas contra 32% dos meninos). A violência, tanto presenciada quanto sofrida, reflete as especificidades desse cotidiano: os meninos declararam-se mais expostos à violência na rua, enquanto que as meninas são testemunhas e vítimas da violência doméstica.

A forte hierarquização nas relações de gênero e entre gerações resulta em freqüentes episódios de violência intrafamiliar, problema provavelmente agravado pelo abuso de álcool. Segundo dados da pesquisa, 74,6% das unidades familiares têm algum membro da família que bebe regularmente.

²⁹ DUQUE-ARRAZOLA, 1997,

Embora a violência entre marido e mulher nem sempre seja explicitada abertamente pelos adolescentes, observa-se um processo de naturalização da violência de gênero, representada na fala dos adolescentes pela freqüente violência dos meninos contra irmãs e outras meninas de seu convívio. Falando do desejo de ter todos os filhos de um mesmo sexo, uma das adolescentes participante do Projeto diz:

Porque se for menino, pode dar cacete na menina, mas a menina não pode dar cacete no menino (Sexo feminino, 13 anos).

Em outro momento da dinâmica, buscando justificar a afirmação de um participante do grupo que dissera gostar de ser homem, três participantes de sexo feminino falam:

Adol. fem. 1: *Acho que ele gosta de ser homem porque...*

Adol. fem. 2: *Porque pode dar em todo mundo... pode dar na mulher... a mulher pode dar nele?*

Adol. fem. 3: *Não!*

Adol. fem. 1: *Isso também é injustiça! Bater na mulher, aí não pode!*

Embora a participante 1 deixe entrever o conflito entre a naturalização da violência contra a mulher e seu questionamento, como as críticas não são vivenciadas de forma reflexiva, tendem a reproduzir apenas mais violência. Assim, a violência doméstica não fica restrita à violência de gênero, mas se reproduz também como violência entre gerações.

Os condicionantes de gênero têm repercussões significativas também nos projetos de vida dos adolescentes, com desdobramentos evidentes nas escolhas e decisões atuais (Tabela 4). Questionados sobre o que pensam em fazer no futuro, os participantes do estudo já referido apresentaram as respostas apresentadas na tabela a seguir.

TABELA 4 – O QUE PENSA EM FAZER NO FUTURO

Categoria de resposta	Geral	Masculino	Feminino
Trabalhar e cuidar da família	26,3%	29,1%	23,8%
Fazer faculdade/ser profissional			
de nível superior	24,4%	17,3%	30,9%
Apenas trabalhar	20%	20,5%	19,4%
Ser atleta	5,7%	11,8%	0%
Seguir carreira militar	4,5%	7,9%	1,4%
Não sabe/nunca pensou	4,1%	3,9%	4,3%
Estudar, fazer cursos	3,4%	0,8%	5,8%
Ser artista	1,1%	0%	2,2%
Outros	10,5%	8,7%	12,2%

Pode-se perceber a maior centralidade dos estudos nos projetos femininos, talvez pela maior tendência a fazer planos para o futuro, o que foi observado entre as meninas, embora nem sempre seja possível levá-los à frente. Observa-se que, de fato, o índice de evasão escolar é ligeiramente mais alto entre o sexo feminino: 16,3% delas contra 11,9% deles não freqüentavam a escola. O menor nível de escolarização das mães em relação aos pais também corrobora esse dado: 70% das mães e 57% dos pais não haviam completado o ensino fundamental. A divergência com os achados de outros estudos, que tendem a constatar índices de evasão escolar mais altos entre o sexo masculino, faz

supor a inviabilização do projeto de continuidade dos estudos por fatores próprios ao contexto local e associados ao cotidiano feminino.

No caso dessa comunidade, e conforme referido pelas participantes fora da escola, o abandono dos estudos por parte das meninas associa-se à gravidez/maternidade, enquanto que entre os meninos a razão mais apontada é o ingresso no mundo do trabalho. Poder-se-ia concluir que a ocorrência de uma gravidez indesejada/accidental durante a adolescência comprometeria os planos das jovens, limitando-lhes as perspectivas. Entretanto, dados de pesquisa anteriormente realizada no bairro³⁰ lançam questionamentos importantes sobre essa linha de interpretação: entre as 26 jovens mães participantes do estudo, 73,1% referiram ter tido intenção de conceber, fosse por desejo seu, do companheiro ou de ambos. Destaca-se que 42,3% já haviam deixado os estudos antes da gravidez, sendo igual o percentual das que deixaram após a gravidez. Metade das participantes informou categoricamente que a chegada do bebê não causara qualquer mudança nos planos e projetos de vida, não tendo alterado em nada o que ela pretendia fazer.

Alguns dos motivos para a evasão escolar mencionados pelas jovens mães foram: a impossibilidade de conciliar horários de trabalho e estudo; a falta de uma rede de apoio que garanta os cuidados com a criança no período em que a mãe desenvolve as atividades escolares; a proibição pelo marido em decorrência de ciúmes; e, finalmente, o envolvimento com colegas usuários de drogas, resultando em descaso com as atividades escolares. A questão, certamente, transcende as limitações das explicações simplistas, apontando para um problema multifacetado.

De qualquer forma, é relevante destacar que, apesar de toda a precariedade que perpassa o ensino público no país, problema constatado também através das oficinas realizadas com os professores do bairro, 67% das meninas e 55% dos meninos consideram os estudos como o principal mecanismo para atingir seus objetivos. Talvez estejam apenas reproduzindo o discurso socialmente valorizado e amplamente alardeado pela mídia, o qual reforça a falácia da mobilidade social.

A precariedade do ensino disponível a esse grupo social, bem como as limitadas possibilidades de ascensão social mediante aumento do nível de escolarização, não chegam a ser problematizados pelos participantes, embora 66,3% deles já tenham repetido de ano pelo menos uma vez. A esse respeito, é significativo que, mesmo diante de tantas restrições, 30% dos meninos e 24% das meninas não sinalizam qualquer dificuldade ou limitação para a consecução de seus objetivos. De fato, entre as razões para reprovação escolar, a grande maioria dos adolescentes (84%) argumentam "falta de interesse", "problemas de disciplina", "problemas de aprendizado", entre outros, responsabilizando-se pela situação. Ao atribuir ao esforço pessoal todo o peso de possíveis sucessos ou fracassos, findam culpando a si mesmos e reproduzindo os princípios individualistas da ideologia liberal, negligenciando a consideração do contexto social tão negativo em seus espaços de socialização.

Reflexão sobre os dados apresentados

Os dados apresentados, embora remetam a discussões já postas pelo movimento feminista, demandam algumas reflexões. Em primeiro lugar, sabemos que o contexto social aqui delineado apresenta características comuns a outros tantos bairros de periferia

³⁰ PINHEIRO, 2001.

de cidades brasileiras. Precariedade material, violência, exclusão social e o evidente abandono por parte do poder público repercutem de modo decisivo no cotidiano de expressivas parcelas da população brasileira, limitando possibilidades e restringindo perspectivas.

Essa situação está indissociavelmente relacionada aos processos de subjetivação não só dos membros dessas comunidades, mas de toda a sociedade. Os sentidos produzidos pelos diferentes grupos sociais diante da pobreza e da negação da cidadania, bem como diante de direitos e formas de exercê-los, perpassam todas as relações sociais, existindo uma naturalização do contexto de injustiça vigente. O processo de produção de sentidos expressa-se cotidianamente nas interanimações dialógicas, nas diversas linguagens, verbais e não verbais, utilizadas pelas pessoas. Como sistematizado por Mary Jane Spink e Benedito Medrado,³¹ a subjetividade está marcada pelos conteúdos culturais oriundos da história da civilização, pelos processos de socialização vivenciados e, ainda, pelos processos dialógicos em cada momento de interação. Igualmente, estão presentes expectativas, planos e projetos de futuro de cada pessoa, evidenciando-se os impactos dos diferentes contextos de desenvolvimento, profundamente entrecruzados com as estruturas de poder e/ou dominação, bem como com os valores, crenças e mitos vigentes em cada grupo social específico.

Em segundo lugar, o entrecruzamento das inserções de classe social e de gênero revela, nos dados apresentados, repercussões significativas nas vivências e nos sentidos a elas atribuídos pelos adolescentes, mostrando as vulnerabilidades diferenciadas às quais meninos e meninas estão expostos. As concepções de adolescência, marcadas pela identificação da mesma como um tempo de divertir-se, aproveitar a vida e preparar-se para o futuro, mesclam-se as queixas pelos riscos vivenciados e pelas restrições impostas que, embora comuns, recaem diferentemente sobre os e as jovens participantes da pesquisa.

Observa-se, nos diferentes discursos do conjunto dos adolescentes, o peso que os tradicionais papéis de gênero e os estereótipos sexistas têm nesse contexto sócio-cultural. Como Elias e Bourdieu destacam,³² discursos de poder institucionalizados perpassam as práticas sociais cotidianas sem que seja considerada a arbitrariedade de sua fundamentação. É significativo, por exemplo, o fato de que as adolescentes, apesar de se queixarem da carga de responsabilidades domésticas e do maior controle exercido sobre elas, em relação aos irmãos, dão menos sinais de confrontos com os pais e/ou responsáveis. Convertidas historicamente em responsáveis pelo cuidado e educação dos filhos, as próprias mulheres reproduzem esses padrões sexistas de socialização, contribuindo para a reprodução das relações de gênero vigentes.

Associada às limitações econômicas, a falta de acesso aos diversos bens culturais viola direitos fundamentais, restringindo as perspectivas e comprometendo a formação desses adolescentes para um efetivo exercício da cidadania. Sem essas oportunidades, a vida acaba restringindo-se à garantia da sobrevivência, tendendo-se a reproduzir acriticamente os valores e concepções mais tradicionais. Nesse contexto de precariedade existem poucas possibilidades de processos de ressignificação que apontem mudanças ou, em termos de Bourdieu,³³ da subversão cognitiva que gere a reconversão da visão de mundo.

³¹ SPINK e MEDRADO, 1999.

³² ELIAS, 1994; e BOURDIEU, 1985.

³³ BOURDIEU, 1985.

Considerações finais

Embora o cenário descrito seja desalentador, é imprescindível considerar que os processos de socialização são parte inerente de toda a trajetória humana, de modo que a possibilidade de transformação está sempre presente, ainda que em função do contexto social e da qualidade dos processos de interanimação dialógica³⁴ nele possíveis. Assim, para além do diagnóstico da situação, evidencia-se a responsabilidade do pesquisador diante da situação, sendo que o exercício ético dessa responsabilidade desponta como a principal via de facilitação de novas possibilidades de ressignificação, particularmente para aqueles cujo contexto de vida mostra-se mais adverso.

Acredita-se que um passo importante é a desnaturalização da situação, a criação de um espaço de discussão e questionamento, de aprendizado e construção conjunta de novas possibilidades. A criatividade e a ousadia da experimentação talvez viabilizem a construção local de alternativas viáveis. A exemplo disso, tomemos a questão da rede de apoio para as jovens mães que desejam continuar os estudos, cuja disponibilidade ou não se mostra decisiva para levar adiante essa ação. O assunto esteve em pauta em recente reunião com a equipe do turno noturno de uma escola estadual da área: a permanência delas na escola tem sido garantida mediante a possibilidade de trazerem consigo seus filhos, os quais permanecem brincando durante os horários de aulas das mães.

Por outro lado, as reflexões apontam aspectos conjunturais complexos e entrecruzados, demandando ações que transcendam o nível local, apontando para intervenções de amplo alcance, particularmente na esfera das políticas públicas. As estratégias a serem implementadas deveriam contribuir não apenas para uma maior eqüidade de gênero, mas também para a superação de todas as formas de exclusão em um contexto social marcado pela limitação do poder e pelas mais diversas formas de violação dos direitos das pessoas. Acredita-se, no entanto, que como profissionais envolvidos devemos fazer a parte que nos corresponde, reconhecendo que é a partir dos espaços locais e das demandas neles formalizadas que se torna possível fomentar tais avanços.³⁵

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de Castro; LIMA, Fabiano de Sousa; MARTINELLI, Cláudia da Costa. *Juventude, violência e vulnerabilidade na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO/BID, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec/Anna Blume, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *¿Que significa hablar? Economía de los intercambios lingüísticos*. Madrid: Akal, 1985.

³⁴ Nessa concepção de Mikhail BAKHTIN, 1992, está implícita a propriedade dos discursos de estarem perpassados pela presença de outros textos, não apenas de textos aos quais se responde, mas de textos aos quais se antecipa. Assim, fica claro que o centro organizador de cada discurso está na pessoa, mas sempre em função do meio social que a rodeia.

³⁵ As autoras agradecem a Julliana da Costa Macêdo, bolsista de iniciação científica do projeto *Vivências e sentidos relacionados com a saúde integral na adolescência em um bairro da periferia de Natal*, por sua valiosa colaboração no processo de revisão deste trabalho.

- DESSER, Nanete Ávila. *Adolescência, sexualidade e culpa*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1993.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. "O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza". In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 343-402.
- ELIAS, Norbert. *Conocimiento e poder*. Madrid: La Piqueta, 1994.
- ELIAS, Norbert. *La sociedad de los individuos*. Marid: Península, 1990.
- GIFFIN, Karen Mary. "Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 7, n. 2, p. 190-200, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- HEILBORN, Maria Luiza. "O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro". In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 291-342.
- IBGE. *Censo demográfico*. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: jun. 2003.
- IBGE. *Estatísticas do registro civil*. 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2004.
- KOLLER, Sílvia Helena. (Org.). *Adolescência e psicologia: práticas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.
- KORIN, Daniel. "Novas perspectivas de gênero em saúde". *Adolescência Latinoamericana*, v. 2, n. 2, p. 67-79, mar. 2001. Disponível em: <<http://ral-adolec.bvs.br/scielo>>. Acesso em: mar. 2004.
- LAVINAS, Lena. "Gênero, cidadania e adolescência". In: MADEIRA, Felicia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 11-43.
- MADEIRA, Felícia Reicher. "A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão". In: MADEIRA, Felicia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 45-134.
- MARTINEZ, Marlene Castro Waideman. *Adolescência, sexualidade e AIDS: na família e no espaço escolar contemporâneos*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- PINHEIRO, Verônica de Souza. *Maternidade na adolescência: significados e repercussões*. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- PEREIRA, Orlando Gouveia; JESUINO, Jorge Correia (Orgs.). *Psicologia social do desenvolvimento*. Lisboa: Horizonte, 1985.
- SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. "Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas". In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aspectos teóricos e metodológicos*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41-61.
- TRAVERSO-YÉPEZ, Martha Azucena; PINHEIRO, Verônica de Souza. "Adolescência e contexto social: esclarecendo práticas". *Psicologia e Sociedade*, v. 14 , n. 2, p. 133-147, jul./dez. 2002.
- VAITSMAN, Jeni. "Hierarquia de gênero e iniquidade em saúde". *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 7-22, 1994.

[Recebido em outubro de 2003
e aceito para publicação em outubro de 2004]

Gender Socialization and Adolescence

Abstract: This paper aims to point out the concept of adolescence as plural and permeated by diverse conditionings, all of its possible expressions marked by insertions of social class and gender. Based in data obtained from a research with 205 adolescent of a low income neighbourhood in Natal/RN, and from records of the activities realized with adolescents from ten to fourteen years old living also in the same area, the analysis highlights the marked influence of social sexist experience aggravated by the precarious social economical context in the adolescent socialization process. The finding of this study permits to think about the construction process of adolescent subjectivity from shared experiences in the different social encounters, offering suggestions for improvement interventions in the areas of health and education.

Key words: adolescence, gender relations, socialization process.